BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro – ISSN 2175-9103 Nº101

Boletim Número 101
Data: Julho-Agosto-Setembro2024

EDITORIAL

Chegamos a centésima primeira edição do Boletim PROEALC trazendo na cobertura deste trimestre temas como as queimadas que tomaram conta do noticiário nacional durante o mês de setembro. Optamos por apresentar textos que demonstram como as tragédias ambientais não são somente atos criminosos perpetrados por pessoas ligadas ao agronegócio, mas estão inseridas dentro de uma lógica de reprodução social que visa o lucro acima de tudo, até mesmo a custo do próprio planeta em que vivemos. Dessa forma, expomos também quais foram as medidas adotadas pelo governo Lula III e quais são seus impactos e suas limitações.

Já no cenário voltado à política, trouxemos artigos que destacam o fenômeno da candidatura de Pablo Marçal para o cargo de prefeito na cidade de São Paulo e como isso é mais um reflexo da ofensiva de extrema-direita que ganha força em todo o globo, revigorando-se através do aprofundamento severo do neoliberalismo em escala mundial.

Já no âmbito político internacional, a eleição presidencial venezuelana e suas reverberações é debatida neste boletim, onde entendemos que se trata de uma questão complexa, cujas abordagens simplificadas, superficiais e genéricas não podem ser tratadas como finais. Os autores expostos aqui apontam os diversos interesses em jogo no resultado das eleições venezuelanas, e como a principal potência do mundo se comporta perante a um país latino-americano que desafia suas intenções.

Por fim, trouxemos textos que buscam refletir os legados das ditaduras que ocorreram no Peru e no Chile, apontando como tais heranças são rememoradas na mentalidade dos indivíduos e como se materializam na realidade concreta.

Na agenda acadêmica, trouxemos eventos que buscam discutir questões que foram levantadas pelo boletim, como o meio social, político e geopolítico na América Latina que ocorrerão ainda nesse segundo semestre de 2024. Também apresentamos a sessão de lançamentos de importantes livros para amplificar o debate proposto por este boletim.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões e inspirações para debates!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I

Fogo na mata é pedra cantada

Por *Manuel Domingos Neto*
23/09/2024

Três ramos industriais muito rentáveis estiveram na aurora da modernidade: o metalúrgico, o naval e o açucareiro. Rivalizavam em sofisticação tecnológica e importância estratégica. A indústria açucareira nasceu globalizada e o teor energético do açúcar mudaria a condição alimentar da humanidade.

Para produzi-lo além-mar, o colonizador assassinou nativos, trouxe escravizados da África e tocou fogo na mata.

O engenho precisava de gado como fonte proteica, força de tração e meio de transporte. O couro servia para mil aplicações. A cultura do tabaco e a extração do ouro também precisaram do boi.

Os sertões foram tomados pelos rebanhos. O colonizador dizimou povos originários e tocou fogo em bioma especialíssimo, favorável à reprodução humana. Na caatinga, o fogo era aceso antes das chuvas para o rápido florescimento de ramagem que engordasse o boi.

Centenas de espécies que ajudavam a nutrir a população sumiram para sempre. A drenagem natural das chuvas foi destroçada. Antigos bebedouros e nascentes desapareceram. No Ceará, já no final do século 18, o colonizador criara o maior rio seco do mundo, o Jaguaribe.

Na Europa, a indústria têxtil avançara no século 19. Mais fogo na mata para produzir algodão. Os ricos e civilizados aprenderam a beber café e, para produzi-lo, os colonizados continuaram tocando fogo na mata.

No Brasil, as cidades cresciam e demandavam proteína animal. Para a criação de bovinos, seja extensiva (em terras abertas) ou em espaços demarcados, tocava-se fogo na mata.

A reprodução dos rebanhos passou a depender de chapadas montanhosas e, sobretudo, do Vale do Parnaíba. Todos cantavam "o meu boi morreu, o que será de mim, vou mandar buscar outro, maninha, lá do Piauí". Essa foi a primeira canção entoada de norte a sul do Brasil.

A agressão aos biomas mostraria suas consequências em 1877, quando eclodiu a maior crise humanitária da história do Brasil: meio milhão de pessoas morreram de fome, sede e peste. A população brasileira girava em torno de dez milhões.

Não fosse o refrigério do Vale do Parnaíba, onde havia água, peixe, carne, mel e frutas nativas, a mortandade seria maior. Meio século se passara desde que dois cientistas austríacos descreveram o Piauí como a Suíça brasileira.

Os países industrializados precisaram de cera de carnaúba, óleos vegetais e borracha natural. A exploração avançou nos biomas do Meio Norte e na Amazônia. As divisas resultantes beneficiariam a industrialização concentrada no Sudeste, observou Celso Furtado.

A ditadura militar empenhou-se em garantir a venda das riquezas naturais. Abriu estradas na floresta e ofertou grandes glebas ao estrangeiro.

Os governos democráticos persistiram com igual orientação, agora entregando a mata aos monocultores e mineradores. As velhas práticas de dizimação dos povos originários persistiram. Além de fogo, o mato foi atingido por produtos químicos.

A defesa ambiental entrou em pauta há décadas sem que houvesse revisão do modelo agrícola basicamente definido na colonização. O Estado apoiou os agroexportadores.

Essa de "celeiro do mundo" é roubada. O lucro não fica aqui. Vai para o estrangeiro que controla as finanças e o comércio internacional. Beneficia quem produz máquinas e insumos agrícolas.

A agricultura moderna não gera empregos no campo: gera demandas à indústria. No caso brasileiro, não beneficia nem o campo nem a cidade.

Monocultura para exportação é desgraça. Incendeia a mata, empobrece o ambiente e prepara calamidades. Enriquece poucos e deixa o povo sem arrimo. O Piauí, que forneceu proteína para boa parte dos brasileiros, hoje bebe leite de São Paulo.

Desastre ambiental não é emergência, é rotina histórica, velha como a colonização; é traço permanente da economia agrícola prioritariamente voltada para a demanda externa.

Há quem diga que os incêndios de hoje são criminosos, provocados para atingir Lula. Assim, encobre-se perversidade secular. Que os bandidos sejam presos, mas não vale esquecer que o crime maior é o tipo de agricultura incentivado pelo Estado.

Não há plano de combate ao fogo que dê jeito. Nem programa de defesa ambiental que atenue a perda da biodiversidade ou programa assistencial que tire da penúria milhões de famintos de hoje e de amanhã.

O que precisamos é de uma agricultura que produza comida farta, barata, diversificada, saudável e que não nos jogue fumaça nos olhos.

Onde se viu governo progressista bater palmas para o Matopiba?

O Brasil precisa de um tipo de desenvolvimento que sepulte a mentalidade colonial prevalecente, inclusive em importantes parcelas da esquerda.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2024/09/23/fogo-na-mata-e-pedra-cantada**

Em Foco II

Queimadas pelo país: é preciso conter o avanço do agronegócio

Por *Igor Felippe Santos*
25/09/2024

A proliferação dos focos de queimadas em áreas rurais por todo o território nacional e o anúncio de que São Paulo passou a liderar o ranking das cidades com o ar mais poluído do mundo colocaram a questão ambiental no centro do debate público no Brasil. Depois da

tragédia no Rio Grandes do Sul com as fortes chuvas, as mudanças climáticas põem em xeque, mais uma vez, o modo de produção do agronegócio.

O fogo queimou mais de 114.000 km² neste ano, sobretudo, na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal. A área é mais que o dobro da registrada nos primeiros oito meses de 2023 (52.519 km²). Só em agosto, mais de 56.000 km² foram incendiados, de acordo com o Monitor do Fogo da plataforma MapBiomas.

Mais de 10 milhões de pessoas foram afetadas diretamente pelos incêndios florestais. São 531 municípios que decretaram situação de emergência por causa desses incêndios, que passaram a marca de 160 mil focos neste ano.

No mesmo período da explosão dos casos de queimadas, a cidade de São Paulo foi apontada pela agência suíça IQAir como o município com o ar mais poluído do mundo. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) registrou que, das 22 estações de monitoramento de qualidade do ar, 21 apresentavam o indicador “muito ruim” ou “ruim”.

Uma partícula tóxica com diâmetro de 2,5 micrômetros ou menos, conhecida como MP2,5, é o principal poluente. Com um tamanho muito pequeno, essa substância penetra no sistema respiratório e chega à corrente sanguínea. Esse agente químico aumenta os riscos de doenças cardíacas, pulmonares e vasculares, como o acidente vascular cerebral (AVC).

Não é uma exclusividade da cidade de São Paulo. Respira-se um ar poluído em todas as regiões do país. Levantamento aponta que a média anual da partícula tóxica MP2,5 no Brasil é de 9,9 microgramas por metro cúbico (µg/m³), o dobro do limite estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A associação das queimadas no interior com a péssima qualidade do ar nas capitais acendeu um sinal amarelo e conectou o que se passa no campo com a piora da qualidade de vida nas grandes cidades. Não dá mais para ignorar que respirar um ar poluído e seco nas áreas urbanas - que causa doenças na garganta, no sistema respiratório e sinusite - está relacionado à exploração capitalista acelerada e sem controle dos recursos da natureza.

O Brasil vive sob a hegemonia do modo de produção do agronegócio desde o final dos anos 90. O casamento do capital financeiro internacional e das empresas transnacionais com o latifúndio expandiu a monocultura de commodities para exportação. O avanço da fronteira agrícola e das áreas de pastagens sobre florestas e campos naturais sacrificou 514 mil quilômetros quadrados de áreas verdes de 2000 a 2020. Esse território equivale a 6% do território, que corresponde à soma do tamanho de São Paulo, Rio, Paraná e Sergipe.

Com a diminuição das áreas verdes, foi reduzida a capacidade de absorção de dióxido de carbono (CO 2) da atmosfera. Além disso, a própria derrubada e/ou queimada das florestas liberam o carbono absorvido pelas árvores na forma de CO 2, um dos principais gases de efeito estufa que contribui para o aquecimento global.

A expansão do agronegócio da soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e pecuária intensificou a crise das mudanças climáticas. O fogo é o primeiro ato de um processo que leva à elevação das temperaturas e à mudança do ciclo das chuvas e da seca, criando o ambiente para o descontrole das queimadas que o país vive atualmente. Ou seja, nos próximos anos, os períodos de seca serão maiores e os focos de incêndios ainda mais numerosos.

O uso do fogo na agricultura não é uma novidade. Essa é uma prática antiga em algumas áreas rurais para "limpar" terrenos e preparar a terra para o plantio. No entanto, sob a lógica da reprodução ampliada do capital, as queimadas se tornaram num instrumento para expandir a fronteira agrícola de forma acelerada e contínua para a reprodução do sistema.

As queimadas criminosas para a abertura das áreas para a pecuária e a monocultura da soja conferem maior celeridade e segurança aos autores, uma vez que o sistema por satélites de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), tem maior dificuldade para identificar o desmatamento em focos de incêndios.

As consequências das mudanças climáticas são cada vez mais graves e afetam um número cada vez maior de pessoas no Brasil e no mundo. A ocorrência de fortes chuvas como as do Rio Grande do Sul em maio e a poluição do ar em grandes cidades como São Paulo demonstram que ninguém está alheio à marcha insana da destruição ambiental.

O governo Lula tomou até agora iniciativas muito tímidas em relação às queimadas. Nenhuma delas tocou na raiz do problema. Não é possível enfrentar a crise climática e evitar novas tragédias sem controlar, regular e limitar o agronegócio, quebrando a lógica de acumulação capitalista que leva à ampliação da fronteira agrícola para sustentar as grandes cadeias globais do sistema alimentar.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2024/09/25/queimadas-pelo-pais-e-preciso-conter-o-avanco-do-agronegocio

Em Foco III

Iniciativas do governo federal para reverter devastação do Cerrado são insuficientes

Por *Pedro Ivo Batista e Lúcia Mendes*
14/09/2024

O Dia Nacional do Cerrado, celebrado em 11 de setembro, deveria ser um dia de celebração, mas pouco temos a comemorar. Mas precisamos reafirmar a importância desse bioma, de sua diversidade, de suas comunidades e o esforço que a sociedade civil, particularmente as entidades que atuam do bioma, têm feito para preservá-lo.

A crise climática tem agravado a situação nesse bioma de forma dramática. O desmatamento e as queimadas, que são grandes fatores de emissão de gases do efeito estufa, avançam no Cerrado. Como consequência, tivemos ondas de calor e períodos de seca inéditos até agora, e segundo os alertas que chegam dos órgãos especializados não estão previstos tempos melhores à frente.

Na terça-feira (10), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino declarou que o país vive uma "pandemia de incêndios florestais". São incêndios que atingem o Cerrado em diversos estados, são consequência da inoperância dos governantes e de ações criminosas daqueles que não querem o cerrado de pé.

Todas as iniciativas que o governo federal tem tomado até agora têm sido insuficientes para reverter o quadro de devastação do Cerrado. O desmatamento cai na Amazônia, mas não cai no Cerrado, e nos coloca diante de um imenso problema. O berço das águas tem sido atacado, em sua maioria, por ações amparadas pela legislação. Um desmatamento legal, embora seja imoral colocar a produção de água em risco iminente. Não existem ainda políticas públicas consistentes, robustas, para salvar o nosso bioma, protegendo a fauna, flora e suas comunidades.

Não podemos mais aceitar que a política de enfrentamento dos graves problemas do Cerrado seja feita apenas na esfera federal. Não é uma questão só para o Ministério do Meio Ambiente. A questão do Cerrado tem a ver com o modelo predatório de desenvolvimento não sustentável que as elites brasileiras impuseram ao país, com imensos impactos sobre seus biomas e suas comunidades.

Hoje, o modelo de agronegócio predador, com suas monoculturas que devastam o Cerrado em busca de lucro, é o grande inimigo que avança desconsiderando a importância da vegetação do bioma para o ciclo da água, e os impactos cruéis na fauna, flora, no solo e nas comunidades.

Como colocado na diretriz programática do presidente Lula, o desmatamento zero é uma exigência central em todos os biomas. E da mesma forma, é imperativo a busca por uma política de desenvolvimento sustentável que proteja a natureza, fundamentalmente os mananciais, as nascentes e os rios. Considerando a água como valor fundamental para a vida.

É fundamental uma política de ação estratégica, e que os órgãos que atuam na proteção ambiental, o Ibama, o ICMbio, o Ministério do Meio Ambiente, bem como a Polícia Federal, entre outros, sejam dotados de orçamento e tenham seus efetivos reforçados.

É urgente fortalecer as parcerias com as organizações da sociedade civil de forma que seja possível desenvolver e implementar modelos de desenvolvimento que preservem e recuperem o Cerrado.

Ainda prevalece a visão de que o Cerrado não é um patrimônio do povo brasileiro, já que ele não foi reconhecido como tal na Constituição de 1988. O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 504/2010, que busca reparar esse absurdo, há mais de dez anos está para ser votado no Congresso Nacional, mas não avança. Parece que a maioria do parlamento brasileiro não entende a relevância do bioma, ou quer mesmo que o Cerrado seja totalmente substituído pelo agronegócio.

Este é um desafio fundamental que está a cargo do Congresso Nacional: aprovar o projeto de lei que transforma o Cerrado e a Caatinga em patrimônio da União e também impedir a aprovação de leis que prejudicam o bioma e aumentam o desmatamento. É preciso dar um freio na ação predatória de projetos irresponsáveis que surgem no Congresso Nacional.

O começo dessa reversão pode começar nas próximas eleições municipais, onde todos nós como sociedade, poderemos apoiar e eleger candidatos a prefeito e a vereador comprometidos com o Cerrado, com sua preservação e com a mudança do modelo de desenvolvimento nesse bioma.

O Cerrado na capital federal está, hoje, sob ataque de políticas públicas promovidas pelo GDF. As revisões Plano Diretor de Ordenamento Territorial, o PDOT, e as alterações feitas no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB, trazem forte incentivo à especulação imobiliária desconsiderando a sensibilidade do território e a preservação do que resta do Cerrado, colocando em risco as nossas nascentes.

Precisamos de um sério combate ao crime ambiental, ao parcelamento irregular e à grilagem de terras no Distrito Federal. Da mesma forma, projetos de governo que podem trazer perdas irreparáveis às áreas de recarga de aquífero, comprometendo a disponibilidade hídrica em tempos de extremos climáticos, precisam ser combatidos e denunciados.

O Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal, juntamente com suas entidades e parceiros, não vai parar de mobilizar e reivindicar políticas públicas estratégicas, consistentes e transversais para o Bioma Cerrado.

Reafirmamos nosso compromisso com as lutas de todas a regiões que enfrentam o parcelamento criminoso do solo, o projeto de rodovia às margens da estação ecológica de Águas Emendadas, a poluição do Rio Melchior, os projetos habitacionais em áreas sensíveis comprometendo as nascentes, as áreas de proteção de mananciais, e seguiremos cobrando de todos os órgãos competentes ações eficientes e estratégicas para mudar esse quadro.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/09/14/iniciativas-do-governo-federal-para-reverter-devastacao-do-cerrado-sao-insuficientes

Em Foco IV

Pablo Marçal não é o problema

Por *Igor Felippe Santos*
04/09/2024

A participação do coach, influenciador digital e empresário milionário Pablo Marçal (PRTB) nos debates mudou o cenário eleitoral em São Paulo.

A violência das suas intervenções, com mentiras, insinuações e ataques, e o aparato nas redes sociais para repercutir seu discurso antipolítica levaram o candidato do partido do famigerado Levy Fidelix do aerotrem ao pelotão de frente nas pesquisas.

O fenômeno Marçal é assustador, mas não surpreende. Figuras do mesmo tipo têm ganhado projeção, disputado eleições e chegado a governos em todo o mundo.

Tão importante quanto analisar a ascensão eleitoral do coach é levantar os antecedentes da emergência da extrema-direita por todo o mundo.

Marçal não é um fenômeno puramente eleitoral. Quatro elementos explicam o sucesso na cena política de fantasmas monstruosos, como Donald Trump (EUA), Viktor Orbán (Hungria), Marine Le Pen (França), Rodrigo Duterte (Filipinas), Javier Milei (Argentina), além de Jair Bolsonaro no Brasil, que estão na raiz da ascensão da extrema-direita:

1 – O neoliberalismo, o modelo dominante do capitalismo a partir dos anos 80, entrou em crise por frustrar a expectativa de resolver os problemas da população. Não se realizaram as promessas de prosperidade e desenvolvimento com a diminuição do tamanho do Estado e a "modernização econômica" da liberalização da circulação do capital financeiro, mundialização das empresas do grande capital, desregulamentação da legislação trabalhista, desmonte dos sistemas de Previdência e privatizações das empresas públicas. Diante disso, as forças neoliberais adotaram candidatos com um discurso antipolítica para driblar a rejeição aos partidos neoliberais tradicionais.

2 – As forças do grande capital impuseram a aplicação de medidas macroeconômicas, como o tripé inflação baixa, câmbio flutuante e austeridade fiscal, no processo de consolidação do modelo neoliberal. Assim, enfraqueceram os Estados nacionais, bloqueando a capacidade de os governos eleitos com uma plataforma alternativa ao neoliberalismo implementarem mudanças estruturais na economia.

Os governos de esquerda vencedores das eleições sucumbiram programaticamente, admitiram o papel de gestão da crise ou não tiveram força política e social para fazer as mudanças e construir um novo modelo, ficando dentro das margens do neoliberalismo. Ao abdicar do conflito de classes, a esquerda passou a ser considerada como parte do "sistema" de poder.

3 – A consolidação do neoliberalismo levou a uma aproximação do programa aplicado pela direita e esquerda nos governos, com a manutenção das mesmas bases econômicas e a ausência de mudanças estruturais na sociedade. Foi crescendo a percepção de que esquerda e direita, embora tivessem diferenças de contornos gerenciais, não representavam uma superação dos grandes problemas da sociedade.

Com isso, houve um processo de desmoralização e descrédito das democracias liberais, dos sistemas políticos-institucionais e dos partidos políticos tradicionais. A corrupção política se transformou num grande problema da sociedade. Perdeu-se o entusiasmo de votar e a esperança de mudar o futuro do país. Escolher um candidato nas eleições virou uma obrigação ou uma escolha do menos pior.

4 – A crise da democracia liberal se aprofundou com o esgarçamento social e a confusão ideológica, causados pela desestruturação do mundo do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora; pela reação conservadora às mudanças culturais, com a emergência da luta das mulheres, dos negros, da população LGBTQI+; e pela emergência das novas tecnologias e formas de comunicação digital.

Constitui-se uma nova sociabilidade que contrapõe diferentes visões de mundo e valores sociais, colocando em xeque os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, que nortearam a sociedade desde o final do século 18. O que vigora atualmente é a insegurança, o medo e a desconfiança, que se expressam na epidemia de casos de depressão e ansiedade. A crença na prosperidade foi substituída pelo pragmatismo, pelo cinismo e pelo egoísmo. A esperança de construir um futuro melhor como sociedade foi suplantada pela proteção da família, da religião e do esforço individual para crescer na vida.

A extrema-direita conseguiu captar a profundidade da crise econômica e política e as mudanças sociais e ideológicas das últimas quatro décadas. Apresenta-se como anti-sistema diante da descrença geral com a crise econômica. Resgata o "fantasma do comunismo" para exaltar a propriedade privada e a liberdade de mercado, radicalizando os valores neoliberais.

Aproveita os processos eleitorais para desqualificar a política e capitalizar com a frustração com a democracia liberal. Desqualifica a defesa do Estado para justificar as injustiças e a desigualdade social. Faz referência a um passado idealizado de prosperidade para associar à crise atual os avanços dos direitos das mulheres, negros e LGBTQIA+. Utiliza o discurso de violência para surfar nos algoritmos e repercutir nas redes sociais.

Enquanto as bases da proliferação da direita neofascista não forem modificadas, figuras como Marçal serão cada vez mais comuns no Brasil e no mundo.

O deslocamento da esquerda para o centro reforça a associação com o "sistema" e deixa a pista aberta para a extrema-direita aproveitar a insatisfação crescente com a democracia liberal e com o neoliberalismo.

A derrota da extrema-direita passa, necessariamente, pelo combate aberto ao neoliberalismo, por uma política de mudanças efetivas dos governos de esquerda para atender as demandas das maiorias, pela construção de uma nova democracia com o resgate do princípio da soberania popular e pela disputa frontal de ideias, valores e projetos de sociedade.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/pablo-marcal-nao-e-o-problema/

Em Foco V

Como falar da Venezuela sem autoritarismo

Por *Carol Proner*
04/08/2024

A imprensa hegemônica no Brasil está em surto desde que ocorreram as eleições na Venezuela. Diante do impasse na divulgação das atas, tudo o que importa é que o ditador seja extirpado do poder para que os brasileiros possam viver em paz. Dadas as circunstâncias, o desfecho venezuelano também é o principal assunto nos círculos da esquerda, com opiniões de todas as cores.

Coloridas também foram, e ainda são, as estratégias para desequilibrar governos em diversos lugares do mundo. As chamadas revoluções de cores, desenvolvidas no espaço pós-soviético sob pretexto de derrubar regimes autoritários, incluíam táticas não violentas de resistência, discurso democratizante, liberalizante e pró-ocidental. Foram consideradas bem-sucedidas na Iugoslávia, Georgia, Ucrânia, Quirguistão, Líbano, Tunísia, Egito, Iêmen e na Armênia.

Outras várias tentativas foram frustradas, mas ajudaram a aprimorar os métodos de ingerência civil-militar externa suave por meio das tecnologias e da ciberguerra, combinando táticas jurídicas (lawfare), diplomáticas e campanhas midiáticas para instalar a desinformação e desconfiança em processos eleitorais contra líderes e partidos considerados alvos.

Sempre haverá quem argumente que são meras conjecturas da conspiração, mas deveríamos lembrar dos fatos ocorridos na Bolívia durante as eleições de 2019 e comparar com o que ocorre atualmente na Venezuela. Precedida de uma campanha extremante racista contra o povo andino, impulsionada por milhares de contas falsas no Twitter acusando Evo Morales de assassino, corrupto e narcotraficante. As eleições bolivianas de 10 de novembro de 2019, vencidas pelo partido, MAS (Movimento ao Socialismo), foram repudiadas pela oposição com acusações de fraude na contagem dos votos.

No mesmo dia da apuração, diante de resultados ainda provisórios anunciados pelo Tribunal Supremo Eleitoral, que indicava a vitória de Evo Morales com mais de 10 pontos de diferença, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Europeia precipitaram-se em questionar a regularidade do pleito, posicionamento que serviu de combustível para a onda de violência e terror que obrigou o candidato vencedor a sair do país para evitar ser assassinado. Como resultado da grave ingerência externa em nome da democracia, instalou-se o governo interino de Jeanine Áñez que, durante um ano, facilitou contratos de privatização e rapinagem das riquezas bolivianas.

Assim como na Bolívia, nas últimas décadas ocorreram diversos outros casos que ilustram fatores de desestabilização programática no México, Argentina, Equador, Colômbia, Peru, Guatemala e mesmo na Venezuela, muitos que inclusive estão em curso, mas não precisamos ir a outros países para entender como ocorrem os tais “golpes não tradicionais” que, aliados às elites entreguistas em cada caso, provocam a tempestade perfeita. Basta olhar para o Brasil a partir de 2013 ou mesmo antes.

Ainda que fatores de ingerência internacional não apareçam como tão evidentes, a interferência estrangeira sempre esteve nas entranhas programáticas da desestabilização brasileira, seja na cooperação e treinamento militar, judicial e diplomático, nas manifestações de rua desejando a volta dos militares contra um governo civil de esquerda, ou no uso ensaiado do “verde e amarelo” em carros de som financiados por novos partidos, e em tudo o que se seguiu: impeachment sem lastro no direito, governo Temer “trocando o regime”, desestatizando e reformando o conteúdo social da Constituição, prisão do “Lula ladrão” e eleição de Jair Bolsonaro, tudo em meio a uma campanha de desinformação, fakenews, ciberataques e do uso indevido do direito (lawfare) para acusar, processar e prender líderes,

desestruturar empresas, eliminar empregos e atacar a soberania política e institucional do país.

Tanto na Bolívia como no Brasil, ocorreram processos de desestabilização e troca de regimes que agora aparecem – mais uma vez – como tentativa na Venezuela. Mesmo completamente diferentes entre si, algumas táticas são equivalentes, assim como coincidem alguns personagens. É o caso de Elon Musk, neoconquistador do lítio boliviano, desafiante das leis brasileiras e agora inimigo de Nicolás Maduro, em todos os casos atuando muito sinceramente contra governos de esquerda. Os traços comuns nos três casos, e em outros atualmente em curso na América Latina, também incluem centros de estratégia e pensamento (think tanks), como o Atlantic Council, Atlas Network, Oper Society Fondations, National Endowment for Democracy, Usaid e a OEA de Luís Almagro, para além dos tradicionais órgãos de ingerência do imperialismo norte-americano.

Tudo isso está no contexto das atuais eleições da Venezuela, para além das platitudes repetidas à exaustão pela grande imprensa. Em mais de 25 anos de poder desde que o MVR foi fundado (Movimento 5ª República, fundado em 1997 por Hugo Chávez), a população foi chamada à consulta popular em mais de 30 oportunidades. Nas eleições de 2013 o roteiro da crise foi parecido com o atual: a oposição recusou-se a aceitar os resultados e, mesmo tendo sido negado o recurso diante do órgão eleitoral, incitou protestos que duraram três meses com um saldo de mais de 40 mortos, além de centenas de feridos, durante as chamadas “guarimbas”, espécie de barricadas urbanas formadas para protestar contra o governo.

Assim como diversos países, também a Venezuela enfrenta problemas importantes em matéria de direitos humanos, e não são poucas as denúncias de violação de direitos em tribunais internacionais. Mas a situação de crise, extremamente agravada pelos embargos econômicos interpostos pelos Estados Unidos, é um problema que deve ser resolvido no âmbito interno de um país soberano. Aliás, neste caso sim, a Comunidade Internacional deveria reagir para coibir as ilegais sanções coercitivas unilaterais, mais de 150 sanções que, em última instância, sacrificam a vida do povo e o desenvolvimento do país.

Confiando na sabedoria dos diplomatas encarregados em orientar a posição brasileira diante do impasse, bem como na experiência do presidente Lula, um dos principais

atingidos no processo de desestabilização à brasileira, seguramente o Brasil respeitará a institucionalidade na definição dos resultados eleitorais do país vizinho. O Brasil respeitará o princípio da presunção de regularidade dos atos eleitorais e a soberania política tão logo sejam anunciados, pelo Poder Eleitoral da Venezuela, os resultados definitivamente considerados.

Certamente esta será igualmente a posição da Colômbia e México, lembrando que os três países emitiram comunicado conjunto, informando estarem atentos ao pleito e reiterando o chamado para que as autoridades eleitorais da Venezuela avancem na exposição da regularidade das eleições pela via institucional e verificação imparcial.

Essa é a única posição respeitosa à soberania nacional e ao princípio de não interferência em assuntos internos por parte de terceiros países. Essa é a única posição decente por parte de juristas sabedores do direito público e eleitoral soberano de um Estado, seja qual for.

E este é o ponto de partida para que os órgãos de imprensa façam a cobertura de modo isento e imparcial e, como tal, justo. No mais, seria puro autoritarismo.

Link:https://operamundi.uol.com.br/opiniao/como-falar-da-venezuela-sem-autoritarismo/

Em Foco VI

Venezuela: o petróleo e as atas

Por Atílio Borón
13/08/2024

As notícias do dia são de vários meios de comunicação da globosfera de língua espanhola, informando que o governo brasileiro não aceitará a decisão da Sala Eleitoral do Supremo Tribunal Constitucional da Venezuela na disputa sobre os resultados das eleições.

Os governos da Colômbia e do México e, com uma postura mais beligerante, o Chile estão em uma posição semelhante.

O que essa atitude revela? Simples: a enorme eficácia do poder de chantagem do império, que, por meio de uma ofensiva midiática, diplomática e econômica sem precedentes (ainda pior do que a sofrida pelo presidente Salvador Allende no Chile, porque naquela época a mídia tinha muito menos poder de fogo e as redes sociais ainda não haviam nascido), conseguiu instalar a ideia de que a eleição de Nicolás Maduro foi fraudulenta como uma certeza irrevogável.

Essa farsa nada mais é do que outro exemplo do poder da propaganda produzida pelas fábricas de mentiras e notícias falsas sediadas nos Estados Unidos, que há meses vêm anunciando que haveria fraude nas eleições venezuelanas. E isso foi anunciado com a mesma irresponsabilidade e impunidade com que costumavam dizer que havia armas de destruição em massa no Iraque. Infelizmente, os governos latino-americanos parecem impotentes para neutralizar a extorsão projetada em Washington, executada por centenas de meios de comunicação e martelada por milhares de falastrões que cantam a mesma melodia: houve fraude, mostrem as atas!

Mas acontece que, quando na quarta-feira passada a direita teve a oportunidade de mostrar as atas que comprovavam sua vitória perante a Sala Eleitoral do Supremo Tribunal Constitucional, seus porta-vozes não mostraram absolutamente nada. Além disso, eles disseram, e eu cito, que “não têm as atas de contagem das testemunhas nas seções eleitorais, nem listas de testemunhas, alegando, além disso, que não participaram do processo de transferência e proteção de nenhum material. Também destacaram que a organização SUMATE faz parte da equipe de assessoramento técnico da Alianza Plataforma Unitária Democrática e, ao mesmo tempo, não sabiam quem havia carregado a informação das supostas atas de apuração na página web dessa organização, que deu a vitória a Edmundo González Urrutia”.

Apesar de uma confissão tão contundente, o governo do presidente Lula da Silva continua a exigir que “as atas sejam mostradas”, uma atitude que não é apenas incomum e desrespeitosa com os assuntos internos de um estado irmão, mas também paradoxal, porque onde estão as atas que provam que Lula venceu as eleições de 2022? Ele já as mostrou? Não, apesar das denúncias dos bolsonaristas e de Steve Bannon. Nem Joe Biden, e vários outros governantes, porque não há nenhuma. O que acontece é que no sistema eleitoral brasileiro, que é menos confiável que o venezuelano, essas atas não existem; não há recibos em papel

para confirmar os resultados eleitorais produzidos pelas máquinas de votação. Há apenas a confiança cega e suicida de que elas não podem ser hackeadas e que o resultado eleitoral fornecido pelo dispositivo computadorizado é uma transcrição fiel da vontade dos cidadãos. Essa crença é, no mínimo, imprudente, se não absurda ou irrisória. Justamente por causa dessa falta de transparência, já que o resultado eletrônico não pode ser comparado com as cédulas de votação, países como Reino Unido, Alemanha, Finlândia, Holanda, Irlanda, Cazaquistão e Noruega proibiram o voto eletrônico. Repito: onde estão suas atas, Presidente Lula? Por que agora as está exigindo do governo bolivariano?

O líder brasileiro e seus assessores devem ter muito claro que o que está em jogo na Venezuela não é o veredicto eleitoral, mas a apropriação pelos Estados Unidos das imensas reservas de petróleo do país. É ingenuidade pensar que todos esses estilhaços dos assassinos contratados pela mídia se referem a alguns minutos ou a uma porcentagem de votos. "É o petróleo, estúpido", parafraseando Bill Clinton. E a vontade de Washington de saquear não será apaziguada apenas com o roubo do petróleo venezuelano. Tome nota, Presidente Lula: eles também estão vindo para o pré-sal brasileiro, que com seus quase 14 bilhões de barris – nada comparado aos mais de 300 bilhões de barris que a Venezuela possui – ainda é um petisco que excita o apetite insaciável do império, e você verá como eles também tentarão se apoderar dessa riqueza que pertence a todos os brasileiros.

Não lhe parece coincidência que a 4ª Frota dos Estados Unidos, desativada desde 1950, tenha sido reativada em 2008, poucos meses depois de o senhor anunciar a descoberta do pré-sal, saudando-a como "a segunda independência do Brasil"? Não há coincidências no mundo da geopolítica, presidente. Mas para se apoderar do petróleo e do gás do Brasil, Washington precisa primeiro romper o bloco sul-americano e fomentar a inimizade entre o Brasil e a Venezuela, impedindo que esses dois grandes países atuem em conjunto e, assim, tornando-os indefesos diante do império. Eles estão prestes a fazer isso. Esperemos que o senhor consiga se libertar da extorsão a que o império o submete com seu exército de operadores, pseudojornalistas, diplomatas contratados e políticos venais que o atacam dia e noite e reconheça, de uma vez por todas, que Nicolás Maduro é o legítimo presidente da Venezuela e que as acusações da oposição são totalmente infundadas, como já foi provado em juízo. E, além disso, que seja elaborado sem demora um projeto conjunto no âmbito da Unasul para defender as enormes riquezas da América do Sul. Caso contrário, elas passarão para as mãos dos Estados Unidos por meio da Quarta Frota e do Comando Sul.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/venezuela-o-petroleo-e-as-atas/

Em Foco VI

Peru: o legado de Fujimori

Por *Nilo Meza*
28/09/2024

No dia 11 de setembro morreu Alberto Fujimori e, mesmo assim, gerou uma polêmica pública que revelou a adulação daqueles que se beneficiaram da corrupção gerada por seu governo e do fujimorismo que governa através do Congresso, onde o setor tem maioria. Por outro lado, brandindo a frase de que "quem foi assassino em vida, não deixará'' de sê-lo quando morre", houve amplos setores que manifestaram seu repúdio em meio à dor causada pelos massacres que ele ordenou quando ele foi presidente da república.

Seria pretensioso resumir o extenso e complexo legado de alguém que teve dez anos para destruir o país econômica, social, cultural, política e moralmente. Com uma pausa entre 2000 e 2010, Fujimori, encarnado no partido Força Popular, foi instalado novamente nas esferas do poder para continuar a tarefa de destruição. Portanto, nos limitaremos a apontar o que consideramos as pedras fundamentais de seu legado e que passaram a fazer parte da sociedade peruana.

O legado

1) O Consenso de Washington como dogma indiscutível

Alinhado ao Consenso de Washington, Fujimori procurou uma Constituição Política em sintonia com esse protocolo, que serviu de roteiro para o seu governo e também os posteriores, desde 1993 até ao presente.

2) redução da dimensão e das responsabilidades do Estado

A partir da implementação da Constituição fujimorista, em nome da reforma do Estado, criaram-se e eliminaram-se ministérios, ativaram-se instituições adequadas para essa reforma, apagou-se a meritocracia e eliminou-se toda a capacidade pública de regular o

mercado, ao mesmo tempo que se promoveu a concentração do poder económico em monopólios e oligopólios.

3) A onda de privatizações e desapropriação

A privatização de mais de 110 empresas estatais, em ação consistente com a promessa de redução do Estado, ocorreu para transformar o Peru num país com privilégios extraordinários para o investimento privado. Estima-se que entre 1992 e 1996, as receitas das privatizações aumentaram para US$ 7,2 bilhões, apesar da subavaliação dos ativos. Segundo estimativas de órgãos especializados, esse valor teria facilmente girado em torno de US$ 10 bilhões, a maior parte dos quais acabou nas mãos de Fujimori e amigos.

4) Democracia, um bem público escasso

Do ponto de vista da democracia, o legado é totalmente negativo e transcende a morte do responsável pela sua destruição. Ele não apenas destruiu as instituições democráticas, mas também as corrompeu em sua essência. “As suas conquistas” na luta contra a hiperinflação e o Sendero Luminoso foram a sua melhor armadura para justificar a destruição da democracia e das instituições. Para o fujimorismo, salvar a democracia era, ao mesmo tempo, acabar com ela. Ele destruiu partidos políticos, corrompeu instituições e instalou a máfia política em seu lugar. Cada convenção referente a um governo eleito foi transformada em fábula.

5) A imprensa, a mídia, domesticada

Durante a década de 90, a “grande imprensa” não só foi levada a um processo de concentração sem precedentes, mas também estava cinicamente disposta a pôr termo à liberdade de expressão e de opinião. Atualmente, a maioria da mídia é aberta ou secretamente fujimorista. O seu servilismo ao fujimorismo foi compensado com subornos milionários que mais tarde foram tornados públicos. Cada manchete e opinião, devidamente pagas, tinham como objetivo ocultar ou encobrir os crimes da máfia fujimorista. Essa “grande imprensa”, hipotecada até o âmago, tirou as máscaras para prestar homenagem póstuma a Fujimori a caminho do cemitério.

Em circunstâncias em que as provas para condenar Fujimori eram esmagadoras, a “grande imprensa” preferiu ignorar os factos, desviar a atenção e transformar os julgamentos

condenatórios em grosseiras “acusações” contra um governo de “luzes e sombras” (Caretas, 12/09 /24). Esta imprensa herdou o descrédito de Fujimori antes e depois da sua morte.

Fujimori morreu, mas sem ele o Peru era quase um feudo do fujimorismo. Atualmente, o governo peruano é presidido por Dina Boluarte, mas, na realidade, Keiko Fujimori governa através de um Congresso sob seu controle desde 2016, quando, pela segunda vez, perdeu as eleições para Pedro Pablo Kuscynski. No entanto, conseguiu colocar 70 congressistas que lhe deram a maioria absoluta naquele congresso cada vez mais desacreditado.

Nesse período, não só gerou instabilidade política, mas também conseguiu destituir o presidente Kuscynski, deixando o governo à deriva. O presidente mudou três vezes e a economia moveu-se inercialmente.

Nas eleições de 2021, Keiko Fujimori perde pela terceira vez para o “comunista” Pedro Castillo. Porém, no Congresso obteve a primeira minoria com mais de 40 parlamentares, suficientes e experientes para manipular e orientar a atuação de um Congresso medíocre. Com essa força, aliada à extrema direita, desocupam Pedro Castillo e a presidência cai para Dina Boluarte sob o domínio absoluto do fujimorismo.

O Peru hoje é, infelizmente, o Peru do fujimorismo sem Fujimori.

Link: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/peru-o-legado-de-fujimori/

Em Foco VII

As razões para o golpe no Chile em 1973: entre a ilusão e a esperança

Por *Giovani del Prete*
11/09/2024

Neste mês de setembro de 2024, que marca os 51 anos do golpe contra a Unidade Popular (UP) e da morte do presidente Salvador Allende, temos muito o que aprender com a experiência histórica do primeiro governo socialista eleito no mundo. São muitas as razões

que explicam tanto o triunfo e o apoio popular ao projeto da UP. Igualmente, foram muitas as sabotagens – internas e externas – que incendiaram as ruas do Chile naquele 11 de setembro de 1973, impactando não só o povo chileno, como também todo o projeto terceiro mundista, da América Latina à Ásia.

Salvador Allende era médico de formação, de uma família da alta classe média chilena e, acima de tudo, um militante socialista. Em 1933, é um dos fundadores do Partido Socialista do Chile, em 1937 é eleito deputado, em 1939 é nomeado para chefiar o ministério da saúde do governo de Aguirre Cerda e a partir de 1952 concorreu à presidência do país para ser eleito na quarta tentativa, em 1970, com um pouco mais de 36% dos votos. Durante toda esta trajetória, Allende publicou livros, implementou políticas e lutou para garantir vida digna ao povo chileno, entendendo que não haveria condições de melhorar a saúde da população se não houvesse a superação da desigualdade social no país.

Em apenas 6 meses de governo Allende, foi reduzida de 60% para 8% a porcentagem de crianças hospitalizadas por desnutrição, fruto da política de fornecimento de meio litro de leite ao dia para as crianças nas escolas. Em 1971, o governo socialista lidera uma votação de emenda constitucional, que é aprovada de forma unânime no Parlamento, pela nacionalização e estatização do cobre, elemento crucial para o desenvolvimento da economia chilena e que até então contava com o domínio de capitais estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos.

Não faltam exemplos que evidenciam o corte humanista e revolucionário deste governo.

O caso da arte e da cultura também foram elementos indispensáveis para o aprofundamento das transformações em curso, colocando o povo trabalhador e os mapuches no centro da história nacional, destacando a importância do povo para a construção do porvenir socialista que estava em pleno desenvolvimento. Só o projeto editorial *Quimantú* – que significa “sol do conhecimento”, em língua mapuche – foi responsável pela produção e distribuição de 12 milhões de livros e revistas, dos mais variados gêneros (esporte, infantil, cultura, política, etc), para um país que na época tinha cerca de 9,8 milhões de habitantes.

Sem sombra de dúvidas, outro legado fantástico de todo este processo é o movimento sociocultural *Nueva Canción Chilena*, que tem suas raízes nos anos 1950 com

Violeta Parra e na força da Revolução Cubana, como um referencial de afirmação da cultura popular e de um novo mundo, mais justo e solidário. Em outros países, este movimento inspirou tantos outros, como na Argentina (*Nuevo Cancionero*), Brasil (MPB) e Cuba (*Trova*).

Em termos táticos, diferentemente do que foi a Revolução Cubana, Chinesa ou Bolchevique, a via chilena para o socialismo se caracterizava pela tentativa de provar a viabilidade de não ter que recorrer às armas, mas sim desenvolver uma forma pacífica de construção do socialismo, através de uma maioria política que aprovava reformas estruturais que gradualmente iam substituindo políticas pró capitalistas pelas políticas aqui já mencionadas. Ainda que contasse com muito apoio popular e, exatamente por isso também, o golpe no Chile revela a intransigência das classes dominantes e do imperialismo estadunidense com qualquer projeto político que não seja o fortalecimento do imperialismo.

O golpe em 1973 foi dado precisamente porque a direita e os Estados Unidos sabiam que nas eleições de 1976 eles perderiam novamente para a UP. Não podemos esquecer que antes mesmo de tomar posse, Allende já era alvo dos Estados Unidos. Como mostram as dezenas de milhares de arquivos secretos que foram publicizados décadas depois, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, havia dado ordens ao seu embaixador no Chile para impedir a posse de Allende, para “fazer nada menos do que uma ação do tipo dominicano”.

Isso significava repetir o modus operandi na República Dominicana, que foi invadida pelos EUA em 1965 para derrubar o governo eleito de Juan Bosh e, na sequência, instalar o governo de Joaquin Balager, um grande amigo de Washington. Os ***Pinochet FIles*** mostram o fulminante apoio de Henry Kissinger à ditadura chilena. Como Secretário de Estado e Conselheiro de Segurança da Casa Branca, Kissinger foi o maior advogado da ditadura, tratando de garantir o fornecimento de milhões de dólares e equipamentos militares para Pinochet. Quando questionado por seu apoio a um governo que cometia flagrantes violações de direitos humanos, Kissinger respondeu que “devemos entender nossa política de que, por mais desagradável que seja sua atuação, o governo [de Pinochet] é melhor para nós do que Allende foi”.

Portanto, houve uma unidade entre as forças golpistas, internas e externas ao Chile, para derrotar a via pacífica de construção do socialismo, como também para golpear

fortemente a América Latina e o Terceiro Mundo, enfraquecendo o projeto da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

A NOEI é uma proposta encabeçada pelos países do Terceiro Mundo e liderada pelo economista Raúl Prebisch, reunindo o chamado Movimento dos Países Não Alinhados, para reestruturar o sistema econômico internacional com a ruptura das relações neocoloniais entre os países do Norte e Sul global. Cabe aqui recuperar o estudo publicado pelo Instituto Tricontinental sobre o golpe no Terceiro Mundo que representou a imposição da ditadura chilena.

Nos anos 1970, cerca de 60% da produção mundial de cobre estava concentrada nas mãos de um conjunto de seis empresas com sede nos Estados Unidos, Inglaterra e Bélgica. A nacionalização e estatização do cobre no Chile representava uma dessas políticas propostas no bojo da NOEI, pois ela também figurava como uma das políticas de fortalecimento e emancipação econômica e política dos países do Terceiro Mundo.

Além do triunfo dos socialistas chilenos, o imperialismo estadunidense também amargou derrotas importantes em outras partes do Terceiro Mundo neste período. Como com a Guerra no Vietnã e o avanço do internacionalismo proletário da Revolução Cubana, que fortalecia os processos de libertação nacional em Angola e Moçambique e as lutas para derrotar o apartheid na África do Sul com a Operação Carlota. Ou seja, aqui entendemos a dimensão internacional e imperialista do golpe no Chile, pois o projeto socialista da UP atacava precisamente os interesses de uma poderosa burguesia em um contexto de acúmulo de forças do campo socialista e terceiro mundista.

Traindo o povo chileno, em 11 de setembro de 1973, o general Augusto Pinochet foi o responsável direto pela morte de Allende e liderou o golpe que bombardeou o palácio presidencial, colocou tanques nas ruas, perseguiu, torturou e assassinou chilenos durante os 17 anos em que esteve no comando do país, além de prestar contas aos seus chefes do Norte.

Afinal, com o apoio da burguesia chilena e do imperialismo estadunidense, a ditadura de Pinochet desmantelou todas as políticas desenvolvidas pelo governo da UP e tratou de empregar os economistas egressos das universidades estadunidenses, colocando no centro das decisões econômicas do país os *Chicago Boys* e outros seguidores de Milton Friedman. Ou seja, de um governo socialista que concretizava a marcha para a transformação

e afirmação do povo chileno como dono de seu próprio destino, o Chile foi submetido à terapia de choque para, violentamente, ser convertido em um laboratório do neoliberalismo.

Regionalmente, o 11 de setembro de 1973 também marcou um aprofundamento do intercâmbio e articulação entre as várias ditaduras militares em curso na América do Sul. Sob o contexto da Guerra Fria e orientadas ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional dos Estado Unidos, as ditaduras no Paraguai (1954), no Brasil (1964), na Bolívia (1971), no Uruguai (1973), no Chile (1973) e na Argentina (1976) organizaram um esquema de colaboração e trocas de informação entre os países. De novas técnicas de tortura ao fornecimento de informações estratégicas para a repressão continental, o chamado Plano Condor materializou esta cooperação entre os distintos regimes autoritários e subordinados ao imperialismo – da CIA, Mossad, MI5, etc –, os quais são responsáveis por crimes contra a Humanidade.

Com o objetivo de extrair algumas lições deste potente processo de construção do socialismo no Chile e analisando, politicamente, os desafios e oportunidades atuais de nossa região, há um arsenal de elementos que seguem vigentes para o acúmulo de força anti-imperialista e socialista em Nuestra América. Primeiro, há que se destacar a importância do compromisso com o povo, em lutar por reformas socialistas que garantam os direitos básicos, os Direitos Humanos à classe trabalhadora.

Segundo, é imprescindível o fortalecimento da integração latino-americana e caribenha para criar as condições de desenvolvimento e soberania dos nossos países. Temos muito trabalho pela frente para promover esta unidade continental, principalmente no que diz respeito à construção de laços de amizade, de solidariedade, de cooperação e de lutas entre as organizações populares (entre partidos, movimentos populares e sindicatos).

E, terceiro, que não podemos alimentar expectativas de que as Forças Armadas, que são doutrinadas pelos manuais elaborados nos Estados Unidos, terão um inequívoco compromisso democrático. É um desafio vivíssimo para a maior parte dos governos da região este tema da “questão militar”, com expressivos setores do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e, inclusive, das polícias estaduais sendo militantes da direita ou extrema-direita. A união cívico-militar na Venezuela é um exemplo de como é fundamental o aprofundamento de uma cultura democrática nas forças de segurança do Estado para defender a pátria e respeitar a soberania popular.

Acumular forças, dentro e fora de nossos países, a partir de uma unidade popular em torno de políticas socialistas, esta é a grande tarefa que a história segue nos convocando.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/09/11/as-razoes-para-o-golpe-no-chile-em-1973-entre-a-ilusao-e-a-esperanca

Agenda Acadêmica

VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP)

Apresentação: O VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP) visa a dar continuidade a esforços acadêmicos voltados à consolidação do campo de estudos sobre a participação política em suas diversas modalidades – associativismo, protestos, movimentos sociais, canais institucionais extraparlamentares, eleitorais –, e sua relação com as políticas públicas e o aprofundamento da democracia. O Encontro possibilita o debate entre pesquisadores de diversas regiões do Brasil e do mundo, em um evento próprio deste campo de estudos, reforçando laços entre grupos e redes de pesquisa, assim como ampliando o intercâmbio de ideias necessário à inovação no campo técnico-científico.

A periodicidade do evento é bianual e ocorre de modo itinerante, tendo como objetivos: a) ampliar o debate acadêmico e fortalecer o campo interdisciplinar de pesquisas relacionadas à participação, democracia e políticas públicas; b) contribuir para as discussões teóricas e metodológicas voltadas aos estudos sobre a participação em estreita interface com os estudos na área de políticas públicas; c) agregar estudiosos nacionais e internacionais reconhecidos pelo seu trabalho em pesquisa de ponta nos debates sobre os desafios teóricos e metodológicos da área; d) proporcionar um espaço de diálogo entre pesquisadores, membros da sociedade civil e agentes governamentais, de forma a promover o intercâmbio de ideias e estimular a interação entre eles; e e) incentivar o intercâmbio e a formação de redes de pesquisadores do Brasil, América Latina e outras regiões do mundo, neste campo de estudos.

O evento reúne uma ampla rede de pesquisadores nacionais e internacionais desde sua primeira edição em 2013, na Unesp, Araraquara, e já passou pela Universidade de Campinas, Universidade Federal de Vitória, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O VI PDPP chega a Brasília com o duplo objetivo de consolidar o campo de estudos que lida com a intersecção entre participação, democracia e políticas públicas, e refletir sobre os novos desafios da área tensionada pelas transformações da democracia contemporânea.

Em sua sexta edição, este Encontro Internacional encontra-se em pleno processo de consolidação, apesar do contexto de pandemia vivenciado desde março de 2020. A contribuição efetiva dos profissionais envolvidos, oriundos de diferentes instituições e unidades da federação no país, bem

como a qualidade das reflexões e dos trabalhos conduzidos possibilitou o lançamento da chamada do VI Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas, que será realizado de modo presencial e recepcionado pela Universidade de Brasília, de 06 a 09 de maio de 2025.
O VI PDPP reunirá atores sociais e políticos, pesquisadores, profissionais, gestores, professores e estudantes, de graduação e pós-graduação, em um conjunto de atividades voltadas à discussão da democracia, da participação e das políticas públicas, principalmente em um contexto pós pandemia e crise política no país. Esperamos uma participação ampliada e debates instigantes para este campo interdisciplinar de estudos.

Data e local: 06 a 09 de maio de 2025, na Universidade de Brasília (UnB) – Distrito Federal.

Para mais informações:
https://www.pdpp2025.sinteseeventos.com.br/site/capa

XVIII Semana de História Política

Apresentação: A XVIII Semana de História Política, organizada pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ, define como proposta, na edição do ano de 2024, refletir acerca das implicações do Antropoceno a partir da perspectiva histórica, com atenção para as relações políticas, econômicas, culturais e sociais atravessadas pela questão ambiental em via da emergência climática.

Em um cenário caracterizado por crises, a exemplo das inundações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul, esperamos que o evento seja um espaço de fomento para analisar e questionar o impacto dos seres humanos no meio ambiente e as possíveis consequências a curto, médio e longo prazo no planeta.

Mais precisamente, em compreender o Antropoceno como um poderoso "lembrete" da interferência humana, desafiando as noções constituídas de progresso e sugerindo a necessidade de uma consciência histórica que reconheça nossa responsabilidade ambiental.

O título da Semana buscou no topos do "fim da história", em referência a Francis Fukuyama e seu prognóstico do ápice da democracia liberal ocidental, uma provocação a uma noção de progresso. O que nos restaria, enquanto historiadoras e historiadores, em tempos de Antropoceno?

Trata-se, portanto, de uma Semana de História Política interessada não apenas na compreensão do passado, mas igualmente em nosso papel contemporâneo e futuro, exigindo uma abordagem mais crítica e interdisciplinar para enfrentar os desafios globais.

Data e local: 11 a 14 de novembro de 2024, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.

Para mais informações: https://www.semanadehistoriapoliticauerj.com/

Encontro Nacional dos Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

Apresentação: O ENPESS é o principal evento de pesquisadores/as na área de Serviço Social brasileiro, com periodicidade bianual, e chega à sua 18ª edição, consolidando-se como um locus de excelência na divulgação e socialização do conhecimento de destacada relevância social, a contribuir para o avanço do pensamento crítico nas ciências humanas e sociais e sociais aplicadas. Caracteriza-se como um espaço interdisciplinar, plural, aberto às diversidades, cuja abrangência extrapola a divisão das ciências, recepcionando pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento. Além de promover uma intensa agenda de debates sobre o tema que lhe é central, cada edição do ENPESS indica e abraça temas e questões candentes.

Configura-se em um espaço significativo de construção de uma agenda de estudos e de investigações para a área, a lhe permitir avançar no estado da arte da pesquisa, da produção e da socialização do conhecimento.

A ABEPSS, promotora da atividade, é uma entidade acadêmico-científica e política a congregar graduação e pós-graduação, de modo a privilegiar a organização de fóruns, mesas coordenadas, colóquios dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), dentre outros espaços de interlocução, como momentos privilegiados de construção coletiva de conhecimento.

O ENPESS propicia a socialização de resultados de experiências de iniciação científica, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), em nível de residência e especialização, dissertações, teses, pesquisas individuais ou integradas, realizadas entre grupos e redes de pesquisadores/as, nacionais e internacionais. Destaca-se, este evento, como propulsor do protagonismo do Serviço Social brasileiro na análise crítica dos retrocessos e tendências regressivas à ciência e na elaboração de conhecimento crítico, na direção de subsidiar a formação, o exercício profissional, as lutas e os movimentos sociais.

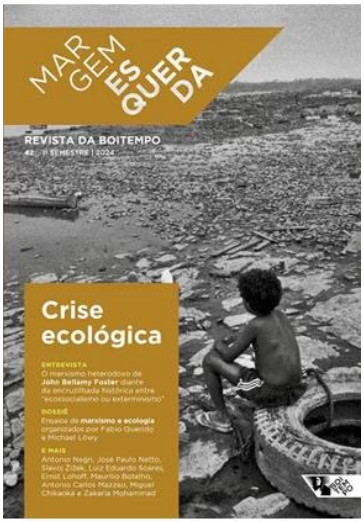
A finalidade de aprofundarmos, nesse ano de 2024, o debate sobre as relações de classe-raça/etnia e os desafios da formação profissional no contexto brasileiro se deve à prioridade, eleita pela atual gestão da ABEPSS (2023-2024), em relação ao tema da formação antirracista, necessidade imperiosa da comunidade acadêmica em luta pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e humanamente emancipada.

Data e local: 10 a 14 de dezembro de 2024, na Universidade Federal do Ceará (UFC), Ceará.

Para mais informações: https://www.abepss.org.br/enpess-2024/

Lançamentos

MARGEM ESQUERDA 42. Editora Boitempo. 2024.



Sinopse: As intersecções entre marxismo e ecologia estão no centro desta edição da *Margem Esquerda*. Abrindo o volume, John Bellamy Foster repassa sua trajetória intelectual e política e reflete sobre os desafios do presente em conversa com Michael Löwy, Maria Orlanda Pinassi e Fabio Mascaro Querido. Um dos mais importantes intelectuais marxistas em atividade, em especial por suas intervenções no debate ecológico, Foster avançou como poucos numa compreensão da obra de Marx que não apenas a coloca em diálogo com as abordagens ecológicas mais recentes, como também visualiza as chaves para uma explicação materialista da atual crise ecológica. O dossiê "Marxismo, capitalismo e ecologia", esquadrinha o problema em quatro ensaios afiados que buscam articular a teoria e prática do ecossocialismo diante de um cenário cada vez mais urgente de crise climática e civilizatória. Organizado por Fabio Mascaro Querido, o dossiê conta com ensaios de Michael Löwy, Luiz Marques, Ana Paula Salviatti, Arlindo Rodrigues e Allan da Silva Coelho. As intersecções entre marxismo e ecologia estão no centro desta edição da Margem Esquerda. Abrindo o volume, John Bellamy Foster repassa sua trajetória intelectual e política e reflete sobre os desafios do presente em conversa com Michael Löwy, Maria Orlanda Pinassi e Fabio Mascaro Querido. Um dos mais importantes intelectuais marxistas em atividade, em especial por suas intervenções no debate ecológico, Foster avançou como poucos numa compreensão da obra de Marx que não apenas a coloca em diálogo com as abordagens ecológicas mais recentes, como também visualiza as chaves para uma explicação materialista da atual crise ecológica. O dossiê "Marxismo, capitalismo e ecologia", esquadrinha o problema em quatro ensaios afiados que buscam articular a teoria e prática do ecossocialismo diante de um cenário cada vez mais urgente de crise climática e civilizatória. Organizado por Fabio Mascaro Querido, o dossiê conta com ensaios de Michael Löwy, Luiz Marques, Ana Paula Salviatti, Arlindo Rodrigues e Allan da Silva Coelho.

Abrindo a seção Artigos, o filósofo esloveno Slavoj Žižek acompanha o tema do dossiê e aborda a obra pioneira do japonês Kohei Saito sobre decrescimento ecossocialista. Luiz Eduardo Soares apresenta uma reflexão de fôlego sobre as estruturas elementares da violência no Rio de Janeiro como paradigma para compreender a onda neofascista que ainda assola o país. "O bolsonarismo", insiste Soares, "é a superestrutura do modelo degradado e degradante de negócios e de domínio político que o Brasil contemporâneo herdou de sua história brutal e genocida." O tema é rigorosamente contíguo com o artigo do cientista político Antonio Carlos Mazzeo, que desnuda o autoritarismo suicida da burguesia brasileira em uma análise do legado do golpe de 1964, que completa em abril sessenta anos. O leitor talvez encontre uma nota mais esperançosa na prosa de José Paulo Netto, que presta aqui seu tributo aos cinquenta anos da Revolução dos Cravos com um ensaio sobre a resistência dos escritores e poetas portugueses (em especial Ary dos Santos) ao fascismo salazarista. Fechamos a seção com uma dobradinha de artigos de Maurilio Botelho e Ernst Lohoff, que fazem uma leitura original e alarmante da atual fragmentação monetária global e o futuro da inflação.

A edição presta homenagem a duas figuras da esquerda mundial que nos deixaram: o filósofo italiano Antonio Negri e o diplomata e economista brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães. Do primeiro, publicamos uma tradução inédita de um de seus últimos textos: um prefácio a O Estado e a revolução, de Vladimir Lênin. Sobre o segundo, apresentamos um comovente comentário escrito pelo professor de relações internacionais e conselheiro da revista, Luiz Felipe Osório.

Os cliques que atravessam as páginas deste número são de Miguel Chikaoka, cronista visual da Amazônia. Selecionadas e comentadas por Francisco Klinger Carvalho, editor de arte da revista, as imagens do fotógrafo paulista radicado no Pará oferecem um "vislumbre pungente das vidas banais e cotidianas daquela gente das tribos ou comunidades, das ricas tradições e das lutas aguerridas, ainda prementes entre os viventes de um lugar que aglutina tantas questões importantes relacionadas à preservação do planeta." Fechando a edição, nosso editor de poesia Flávio Wolf de Aguiar traduz os singelos e violentos versos do poeta palestino Zakaria Mohammed, falecido no semestre passado.

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Brena da Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Thaís Lopes Cortes
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.